

Interdependência ou morte da Biblioteconomia brasileira

Maria Alice Barroso

Instituto Nacional do Livro
Brasília, DF

Resumo – Discurso da Diretora do Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, saudando os presidentes de Conselhos, Associações e diretores de Escolas de Biblioteconomia, participantes do I Encontro de Responsáveis pela Execução do Programa de Bibliotecas no Brasil, realizado de 19 a 21 de abril de 1973, em Brasília. Justifica os motivos que levaram o Instituto Nacional do Livro a patrocinar esse Encontro, em convênio com o Conselho Federal de Biblioteconomia, os objetivos e metas a serem alcançados, e apresenta dados estatísticos sobre a situação dos recursos humanos destinados aos serviços bibliotecários no país. Encarece a responsabilidade da participação dos bibliotecários no processo de desenvolvimento e a importância das bibliotecas públicas do interior. São apresentadas as recomendações do Encontro.

Ao iniciar minhas palavras, pediria vênua para ler o importante editorial que o *Jornal do Brasil* publicou, em 16 de abril do corrente ano, cujo título é "Formar bibliotecas" e que focaliza a realização deste Encontro:

"Durante a Semana Santa, em Brasília, a diretora do Instituto Nacional do Livro, escritora Maria Alice Barroso, estará reunida com os presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, presidentes de Associações de Bibliotecários e diretores de Faculdades de Biblioteconomia. O objetivo é formar, o mais depressa possível, recursos humanos destinados ao sistema de bibliotecas brasileiras.

As bibliotecas estaduais e municipais, urbanas ou situadas em plena zona de produção agropastoril, fixas ou volantes, têm importante missão a cumprir na rede nacional de informação e conseqüentemente no processo do desenvolvimento brasileiro. É preciso ampliar o círculo de leitores e atender aos que chegam para as letras, trazidos pelos cursos de alfabetização, incluindo o Mobral.

Além de bibliotecas gerais, adequadas à consulta do grande público, são necessárias bibliotecas especializadas, dentro dos padrões de técnica e eficiência escolar, em todos os graus de ensino. Devem, por outro lado, as bibliotecas funcionar como órgãos dinâmicos, células vivas de informação,

com reais serviços prestados à comunidade. Isso requer, naturalmente, pessoal qualificado para sua administração.

O Instituto Nacional do Livro já despachou este ano cerca de 110 mil livros para bibliotecas, em todo o país, consideradas prioritárias. São os centros de comunidade com salas de leitura, bibliotecas ambulantes e bibliotecas públicas municipais. Bibliotecas centrais, universitárias ou estaduais, receberam, por sua vez, doações de mil livros, cada uma, tanto para adultos quanto para leitores infanto-juvenis.

Há, por conseguinte, não obstante a dificuldade de verbas, um esforço para prover as bibliotecas brasileiras existentes e estimular a criação de outros centros de leitura e estudo. Não basta, porém, fornecer livros didáticos, paradidáticos e de entretenimento. O encontro que o INL promoveu recentemente, em Fortaleza, com Secretários de Educação e autoridades ligadas ao setor de Biblioteconomia deixou claro o grande problema: a falta de bibliotecários. Uma biblioteca, por menor que seja, não prescinde de quem saiba catalogar livros, preservá-los, imaginar meios dinâmicos de circulação.

A reunião de Brasília será decisiva na medida em que puder implantar duas recomendações básicas do encontro de Fortaleza: cursos intensivos, no interior, para formação de pessoal habilitado em bibliotecas, e expansão da rede de bibliotecas públicas a partir da biblioteca estadual, que funcionaria como centro de referência e orientação.

Apesar dos progressos ultimamente colhidos, resta muito que fazer para ajustar o sistema nacional de bibliotecas à reforma do ensino. Às Secretarias de Educação cabe, sem dúvida, uma parcela grande de trabalho no processo de levar o livro aos leitores de todos os padrões de renda e de diferentes grupos etários."

Nesta I Reunião de Responsáveis pelo Programa de Bibliotecas no Brasil, que se inicia, estranhamente para muitos, juntamente com a Semana Santa, espero que venhamos a encontrar forte inspiração na busca dos problemas que afligem nosso trabalho, exatamente porque escolhemos, para esta Semana Santa, uma antiga e nunca desmentida maneira de agradecer a Deus, sob forma de prece: trabalhando.

Portanto, se a alguém ocorreu a idéia de que marcáramos este Encontro, durante o transcurso da Semana Santa, por engano, distraidamente, sem atentar nas datas, que fique desde já esclarecida e bem firmada nossa intenção: fizemo-lo consciente do evento e em atenção à intenção.

Neste período tradicional de recolhimento, prece, de tempo dedicado ao Criador, creio que não estaremos fugindo à disposição ampla, portanto ecumênica, de meditarmos sobre nossas próprias vidas, desde que estejamos

nos devotando, aqui e agora, a uma avaliação sobre o nosso próprio trabalho, se tem sido ele uma rotina cumprida, ao qual emprestamos nossos mecânicos gestos e o perfil de uma figura, ou se tem sido aquele trabalho cheio de criação ao qual nos entregamos cada dia, como se fosse um novo dia, ou seja a mesma pessoa que renova na medida em que o trabalho diverge, violenta a rotina, porque a ele imprimimos não somente o perfil de uma figura mas a totalidade de nosso ser.

Está definido no Programa que a diretora do Instituto Nacional do Livro apresentaria esta instituição para vocês, mas estamos em família. Não julgo necessário, portanto, apresentar, descrever o Instituto Nacional do Livro, que o Ministro Jarbas Passarinho houve por bem entregar sua administração a uma bibliotecária — que muito se orgulha de sua profissão — àqueles que bibliotecários também o são.

Prefiro e escolho falar sobre os desafios com que a nossa carreira se defronta, que precisam ser solucionados, visando a uma revitalização dessa mesma carreira.

Os bibliotecários há vários anos vêm se reunindo para discutir aspectos técnicos, associativos e defender interesses profissionais. Data de 1954 o primeiro Congresso de âmbito nacional e nesses dezenove anos não houve oportunidade para os bibliotecários discutirem e defenderem os aspectos dos recursos humanos bibliotecários em seu relacionamento com o desenvolvimento do Brasil.

Pareceu-nos que era chegado o momento de propiciar a integração dos responsáveis pela classe bibliotecária no Brasil, para possibilitar a sua participação efetiva no Plano Setorial de Educação e Cultura, especificamente, no Programa Nacional do Livro.

O Instituto Nacional do Livro, ao ser investido da atribuição de executor do Programa Nacional do Livro, para todo o território nacional, verificou não ser suficiente apenas desenvolver a produção editorial, distribuir livros e incentivar as autoridades governamentais dos três níveis a fortalecer e/ou implantar serviços bibliotecários.

Sem que fosse enfrentado o problema dos recursos humanos disponíveis e capacitados para a execução das tarefas de biblioteca, o Programa Nacional do Livro estaria comprometido na sua eficácia.

Agradecemos aqui a pronta compreensão e adesão do Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, assumindo o papel de executor do convênio que foi firmado entre o Conselho e o Instituto Nacional do Livro para possibilitar este Encontro.

Este Encontro, em que a cúpula da Biblioteconomia brasileira, de forma integrada, debaterá os problemas decorrentes da necessidade de uma par-

ticipação efetiva dos profissionais de Biblioteconomia no processo de desenvolvimento que hoje se desenrola por todo o território nacional.

“É falsa a afirmativa de que ocorre o desenvolvimento econômico isolado, em determinada comunidade. Na verdade, esse processo nada mais representa do que um aspecto envolvido num outro de amplitude muito maior, que é o desenvolvimento integral da comunidade” (1).

Podemos considerar as comunidades em função de cinco planos estruturais: o plano das relações econômicas, o das sociais, o das políticas, o das culturais e o das institucionais.

No “plano das relações institucionais, pois historicamente o desenvolvimento tem sido mais facilitado ou menos facilitado, segundo o grau de transformação que instituições estratégicas têm sofrido, a persistência do anacronismo de certas instituições tem se manifestado como agudo ponto de estrangulamento para o desenvolvimento” (1).

E aqui cabe perguntar aos senhores participantes deste Encontro: que dizer do “complexo integrado por idéias, padrões de comportamento, relações inter-humanas, e muitas vezes, um equipamento material organizado em torno de um interesse socialmente reconhecido” (2) e que se conveniou denominar biblioteca?

Também vale repensar que, se a “profissionalização equivale a uma institucionalização” e as “atividades vão se profissionalizando à medida que uma determinada sociedade se diferencia e a divisão de trabalho se acentua” (2), como conceituar agora o profissional de Biblioteconomia no contexto sócio-econômico e cultural brasileiro?

Como atender os usuários que se encontram fora dos grandes centros nacionais e que forçosamente irão necessitar de serviços bibliotecários, quando quase metade da população (45%) está concentrada em 251 grandes centros e a outra metade dispersa em 3 700 municípios carentes de recursos?

Como justificar que apenas 9,13% do pessoal, atuando em bibliotecas, seja capacitado legalmente para a profissão?

Como contornar o impasse da concentração de bibliotecários nas grandes cidades e a ausência total dos profissionais de Biblioteconomia nas capitais menores e no interior?

Como capacitar e qualificar pessoal capaz de acompanhar os desafios gerados pela Lei n.º 5 692 e possibilitar o efetivo aproveitamento dos escassos recursos bibliográficos existentes em 3 700 municípios fora dos grandes centros?

Bastará, por acaso, assumir a extraordinária iniciativa, que Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação e Cultura, está assumindo agora, qual seja a de realizar um concurso, dirigido às empresas de propaganda, visando premiar a melhor campanha sobre hábito de leitura, a fim de difundi-la por todo o país, através dos meios de comunicação de massas disponíveis?

Como incentivar os organismos dos três níveis a considerarem a biblioteca como instituição tão importante quanto a escola, o posto de saúde, a coletoria e a agência postal?

Até que ponto o Instituto Nacional do Livro, sem contar com o apoio de recursos humanos qualificados, pode, em vez de atingir os objetivos a que se propõe, gerar inconformidade quando existe um abismo entre as aspirações e os resultados obtidos com a criação de uma biblioteca no município? Esse abismo pode se originar na incapacidade do grupo social em satisfazer aspirações modestas ou na criação de aspirações irrealizáveis.

Do que vale o Instituto Nacional do Livro cumprir sua tarefa de coeditar, só em 1972, um total de 8 389 624 volumes, dos quais 8 028 124 foram distribuídos às escolas do nível fundamental, 83 000 às de nível médio, 45 500 às de nível superior e 593 852 às bibliotecas municipais, estaduais e centrais de universidades, se apenas em 34 bibliotecas municipais, 12 públicas estaduais e 36 centrais universitárias havia pessoal capaz de dar um tratamento racional às doações recebidas e proporcionar ao leitor a orientação necessária aos seus estudos e pesquisas?

Estas são algumas das indagações que me tenho feito, como bibliotecária que sou, no curso desses três anos e meio de gestão à frente do Instituto Nacional do Livro.

Sem o ajustamento recíproco dos responsáveis pela formação, associação e fiscalização de profissionais de Biblioteconomia no Brasil, não teremos a integração social necessária para a participação efetiva do Plano de Desenvolvimento Nacional.

As diferenças culturais entre camadas da sociedade brasileira são, em última análise, diferenças de participação cultural.

O profissional de Biblioteconomia tem um papel de agente de desenvolvimento cultural e, como diz Ortega y Gasset: "esse homem, ao exercer uma profissão, compromete-se a fazer o que a sociedade necessita. Tem que renunciar, pois, a boa parte de sua liberdade e vê-se obrigado a desindividualizar-se, a não decidir suas ações exclusivamente do ponto de vista de sua pessoa, senão do ponto de vista coletivo, sob pena de ser um mau profissional e sofrer as conseqüências graves com que a sociedade, que é crudelíssima, castiga aos que a servem mal" (3).

O Instituto Nacional do Livro espera que, reunidos aqui, encontrem os senhores participantes uma linguagem comum em torno de desenvolvi-

mento econômico-social com ênfase nos aspectos educativos e culturais, uma compatibilização de objetivos para definição de uma escala de prioridade no atendimento dos problemas identificados.

Com espírito criativo e com boa vontade estamos certos que os representantes maiores da Biblioteconomia brasileira conseguirão a integração e participação efetiva necessária para a execução plena do plano governamental de educação e cultura na área da Biblioteconomia.

Não poderíamos, portanto, dar, conferir a este Encontro, que se reveste de características novas quanto à sua única temática, qual seja, a preparação de recursos humanos para as bibliotecas públicas do grande interior brasileiro, um tratamento de congresso, onde, usualmente, se discute um pouco de tudo e se acaba por esquecer grandes prioridades de um grande país, como o Brasil.

Gostaríamos de utilizar esta oportunidade a fim de ler o ofício n.º 1.357, de 17 de abril de 1973, que enviamos à Comissão Preparadora do VII Congresso de Biblioteconomia, a realizar-se este ano, em Belém do Pará. Nesse ofício, expressamos o ponto de vista do Instituto Nacional do Livro no que diz respeito à sua pauta. É a seguinte, a íntegra do texto do documento mencionado:

“A Ilma. Sra. Clara Maria Galvão, MD Presidente da Comissão Organizadora do VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Assunto: VII Congresso de Biblioteconomia

Prezada Senhora:

Examinando a pauta de trabalhos atinente à realização do VII Congresso de Biblioteconomia, que será realizado de 29 de julho a 4 de agosto do corrente ano, em Belém do Pará, verificamos, com grande surpresa, que toda ela é em função do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.

Ainda que a mesma tenha sido aprovada no Congresso de Belo Horizonte, seria o caso de rever-se e discutir-se a inadequação da referida pauta, tendo em vista que o Brasil ainda se empenha, luta e carece desenvolver, com absoluta prioridade, um programa de bibliotecas públicas municipais, tendo como cabeça de sistema a biblioteca pública estadual.

Este o objetivo de todo o trabalho do Instituto Nacional do Livro – que é o executor da política do livro, a nível federal – e no qual estamos todos empenhados, de vez que o mesmo está consubstanciado no Projeto Prioritário 33, do Plano Plurianual do Ministério da Educação e Cultura.

Embora compreenda e acate o tratamento que se dará, durante a realização do Congresso em lide, à automação de serviços, julgamos e estamos con-

victas que tão importante quanto o mesmo é o Programa de Bibliotecas Públicas omisso da pauta, e apenas tratado entre reuniões especializadas para diretores de bibliotecas públicas, como uma discussão de menor relevo quanto aos objetivos do Congresso.

Seja-nos lícito expor nosso ponto de vista de que a integração nacional não se restringe a um sistema nacional de informações, altamente sofisticado. Se é ele necessário — e o é de fato — não menos necessária, nem de somenos importância é a criação de uma biblioteca pública em cada município. E queremos crer que os congressos se realizam para congregar as várias correntes de uma classe, objetivando criar condições para um consenso visando à solução dos problemas existentes. E se não há nem se propiciam condições para alertar a classe para o problema das bibliotecas públicas municipais, principalmente, as fora dos grandes centros, além de não atingirmos o almejado consenso, estará faltando, sobretudo, bom senso na organização da pauta do aludido Congresso.

Tão-somente com o lícito desejo de alertar, vê-se esta Diretoria na contingência de declarar, por intermédio deste, que uma vez que não foi incluído na pauta do Congresso um amplo debate sobre o problema das bibliotecas públicas municipais, principalmente, as fora dos grandes centros urbanos, conferindo-se ao mesmo tratamento semelhante que se dá à automação de serviços, não vemos por que participar este Instituto Nacional do Livro do Congresso de Biblioteconomia, seja através de sua Diretoria, seja através de seus bibliotecários, em caráter oficial.

Sendo o que nos oferece, pelo momento, servimo-nos do ensejo a fim de reiterar nossos protestos de elevada estima e sincero apreço”

Esta a nossa opinião. Esta a lição que retiramos de nosso trabalho no Instituto Nacional do Livro. Esta a experiência vivida não apenas dentro das quatro paredes de nosso gabinete de trabalho, mas em repetidas viagens pelo interior brasileiro.

Por isso — pela importância do tema que será aqui debatido houvermos por bem, acolhendo sugestão de nossa extraordinária Assessora de Biblioteconomia, bibliotecária Myriam Gusmão de Martins, entregar ao professor Bruno Matarazzo Gargiulo a coordenação dos trabalhos de dinâmica de grupo deste I Encontro.

Desejo agradecer, em nome do INL, a colaboração inestimável e desinteressada de minhas colegas Etelvina Lima e Marcelina Dantas, que colaboraram, dando vida e alma à realização deste Encontro.

* Posteriormente ao envio desse ofício, houve entendimentos entre o Instituto Nacional do Livro e os organizadores do 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, que possibilitaram a superação da situação aqui apontada. (*Nota da Redação.*)

Será ele — o Encontro — diferente não pelo simples prazer de inovar. Mas diferente porque diferentes da rotina deverão ser as soluções apresentadas pela classe. Diferente porque entendemos que, como bibliotecária que sou, tenho a grave responsabilidade de enfrentar, após auscultar meus colegas, com soluções corajosas e eficazes o sério problema dos recursos humanos devidamente habilitados para acionarem uma rede de bibliotecas públicas a serviço das comunidades a que devem, efetivamente, servir.

Diferente porque acreditamos que entre o livro, a biblioteca e a comunidade um liame se torna indispensável — o ser humano que, com sua criatividade e amor, deverá proporcionar à nação um contingente cada vez maior de verdadeiros leitores.

Era isso o que tinha a lhes dizer, meus colegas, meus amigos.

Anexo

I Encontro dos Responsáveis pela Execução do Programa de Bibliotecas no Brasil: Recomendações aprovadas

Brasília, 19 a 21 de abril de 1973

1) Considerando-se que as bibliotecas são instituições sociais, que fazem parte integrante do processo sócio-cultural das comunidades, e não devem ser fechadas sob qualquer hipótese, recomenda-se que:

a) seja feito levantamento para a utilização dos bibliotecários em disponibilidade, de modo a dar pleno cumprimento à Lei n.º 4.084/62;

b) onde não houver disponibilidade de bibliotecários, serão incentivados e/ou providenciados cursos de treinamento intensivo e de habilitação profissionalizante a nível de 2.º grau para auxiliar de biblioteca;

c) na atual fase de transição, o pessoal leigo responsável por bibliotecas, sempre que possível, deverá ser supervisionado por bibliotecário;

d) seja incentivada a implantação de sistemas de redes de bibliotecas, em nível estadual, regional e nacional, dentro de uma política de planejamento bibliotecário.

2) Considerando-se que muitas das críticas feitas ao Instituto Nacional do Livro, até o atual Encontro, devem-se ao não aproveitamento da colaboração potencial dos bibliotecários e suas entidades de classe, recomenda-se:

a) o fortalecimento e a ampliação das Representações Estaduais do INL, dando-lhes maior autonomia e novas atribuições, e designando bibliotecários para a chefia dessas Representações, que deverão se entrosar com os órgãos afins estaduais, municipais e particulares e as entidades de classe dos bibliotecários;

b) que o INL preste assessoramento constante e eficiente aos bibliotecários e auxiliares de biblioteca, principalmente os do interior do país, através de sistema de disseminação de informações técnicas, cursos de treinamento intensivo e aperfeiçoamento de pessoal de biblioteca, em diferentes níveis, mediante a colaboração das Escolas, Associações, Conselhos de Biblioteconomia e Secretarias de Educação e Cultura;

c) o INL estenda o programa de estágio remunerado para os estudantes de Biblioteconomia, dando prioridade aos das regiões menos desenvolvidas do país.

3) Considerando-se que o bibliotecário é um agente social por excelência que, para atingir os seus objetivos, deve se valer de sua formação técnica como um meio, mas que na realidade nacional, contudo, não está agindo como tal por deficiências decorrentes de condições concretas e desfavoráveis, recomenda-se que:

a) sejam corrigidas as falhas ocasionadas pela falta de planejamento bibliotecário;

b) venham a ser assumidas providências para sanar a carência de auxiliares de biblioteca;

c) ocorra mudança na orientação excessivamente tecnicista do ensino da Biblioteconomia, a fim de possibilitar aos futuros bibliotecários exercerem efetivamente o papel de agentes sociais.

4) Considerando-se que as entidades públicas e particulares preferem aproveitar leigos por questões de menor salários, em detrimento do profissional de Biblioteconomia, recomenda-se que:

a) os Conselhos Regionais de Biblioteconomia deverão ser mais rigorosos na fiscalização do exercício da profissão de bibliotecário;

b) o Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso de suas atribuições legais, deverá regulamentar o exercício das atividades específicas dos auxiliares de biblioteca;

c) a formação e o treinamento intensivo dos auxiliares de biblioteca deverão ser sistematizados, de forma consentânea com as suas atribuições;

d) o Conselho Federal de Biblioteconomia venha a estabelecer padrões de serviço de bibliotecas, a fim de determinar as áreas e os níveis das

bibliotecas em que o auxiliar poderá exercer sua profissão, sob a supervisão de bibliotecário.

5) Considerando-se a necessidade de motivar os órgãos oficiais e particulares a criar e preencher cargos de bibliotecário e auxiliar de biblioteca para cobrir as necessidades atuais, recomenda-se que:

a) a motivação será no sentido de mostrar o significado da importância da criação de bibliotecas de acordo com a clientela e de sua função social;

b) a motivação será despertada através de campanhas de divulgação, pelos meios de comunicação de massa, acerca da importância da biblioteca e do papel do bibliotecário. Essas campanhas, em nível nacional, serão coordenadas pelo INL, de acordo com o Decreto n.º 884, de 10/4/1962, e com a colaboração de instituições oficiais e particulares;

c) as associações de bibliotecários procurarão, por todos os meios ao seu alcance, promover campanhas de divulgação das bibliotecas, em âmbito local;

d) para fins de assinaturas de convênios a serem firmados entre as bibliotecas e o INL, este fará exigência da presença de bibliotecário ou auxiliar de biblioteca a nível de 2.º grau, de acordo com os padrões estabelecidos pelo CFB, conforme recomendação n.º 4, alínea d.

6) Considerando-se que a habilitação profissional de 2.º grau do auxiliar de biblioteca, segundo a Lei n.º 5.592, deverá conter quatro disciplinas obrigatórias, na área de formação especial, escolhidas em função das atividades a serem exercidas por esse auxiliar, recomenda-se que:

a) o conteúdo essencial (ementa) dessas é o seguinte:

a.1) *Iniciação bibliotecária:*

Introdução geral ao uso da biblioteca. Panorama integrado das técnicas bibliotecárias. A função social da biblioteca e do bibliotecário. O papel do auxiliar de biblioteca.

a.2) *Serviços técnicos auxiliares:*

Estudo das técnicas de alfabetação, desdobramento das fichas de obras incorporadas à biblioteca, preparação de obras para circulação, ordenação de livros nas estantes, operação de máquinas reprográficas, conservação do acervo, incluindo noções de encadernação. Noções de organização de arquivos empresariais e administrativos.

a.3) *Serviços auxiliares de consulta:*

Estudo da utilização de obras básicas de referência, principalmente as que se destinam ao público característico de bibliotecas públicas e escolares. Realização de estatísticas diárias, de caráter simples. Técnicas de empréstimo.

a.4) *Datilografia.*

A primeira disciplina poderia ser comum a cursos de outras habilitações, visando a familiarizar os alunos da escola com o uso da biblioteca.

b) o conteúdo das disciplinas será dosado segundo as peculiaridades de cada região;

c) os professores dessas disciplinas, com exceção de Datilografia, serão bibliotecários;

d) estimular o ingresso de bibliotecários em cursos de didática de faculdades, para futuro aproveitamento em ensino de 2.º grau.

7) Considerando-se que em algumas regiões o ensino profissionalizante de auxiliar de biblioteca ainda não foi implantado, recomenda-se que:

a) sejam ministrados cursos intensivos de treinamento e o aproveitamento do pessoal assim treinado;

b) sejam requisitos mínimos para composição do curso as três primeiras disciplinas constantes da recomendação n.º 6;

c) sejam órgãos encarregados do planejamento e execução deste treinamento o INL, as Associações de Bibliotecários e as Escolas de Biblioteconomia, em ação conjunta devidamente coordenada e integrada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do INL.

8) Considerando-se a necessidade de incentivar a interiorização do bibliotecário recém-formado, recomenda-se que:

a) o Instituto Nacional do Livro, como órgão coordenador, elaborará uma política de interiorização do bibliotecário, entrosando-se para isso com outras entidades, públicas e privadas;

b) no âmbito dessa política, deverá ser estudada a realização de convênios, que venham a facilitar a concessão de bolsas de estudos e outras modalidades de estímulo a pessoas que desejam cursar cursos de Biblioteconomia, em Escolas de sua região.

9) Considerando-se que a atual conjuntura brasileira exige dos bibliotecários conhecimentos da técnica de planejamento, que os cursos de graduação não transmitem, recomenda-se que:

a) a necessidade de cursos, em nível de pós-graduação, para o ensino de planejamento de sistemas de biblioteca;

b) que seja ressaltada nesses cursos a necessidade de atentar para as diferenças regionais peculiares ao Brasil.

Abstract

Interdependence or death of Brazilian librarianship

Speech delivered by the Director of the National Book Institute of the Ministry of Education and Culture, welcoming the presidents of librarians' professional councils and associations and directors of library schools who participated in the First Meeting of Librarians in Charge of the Execution of the Library Program in Brazil, which was held in Brasília from April 19 to 21, 1973. She justifies the reasons why the National Book Institute sponsored the Meeting, under an agreement with the Federal Council of Librarianship, the aims that should be reached, and presents some statistical data about the availability of human resources in library services in this country. Librarians' responsibility in the development process and the importance of public libraries in the interior of the country are emphasized. The recommendations approved by the Meeting are included.

REFERENCIAS

1. ALMEIDA, Edimilson C. *Desenvolvimento econômico e social*. Recife, Organização Pan-Americana da Saúde/SUDENE, 1965, p. 1.
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1972. Rio de Janeiro, IBGE, 1972.
3. DICIONÁRIO de sociologia. Porto Alegre, Globo, 1967, p. 182, 277.
4. ORTEGA Y GASSET, José. *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines*. 2.ed. Madrid, Revista de Occidente, 1967, p. 68.